

E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora dar-lhe uma forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa - a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes - então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada.

Clarice Lispector – *A paixão segundo G.H.*

CAPÍTULO 5

PRODUTO TÉCNICO: COORDENAÇÃO DE APOIO ÀS MATERNIDADES: COAMA

Re(Des)Construindo políticas, ações, projetos e atividades participativas permanentes – demandas, vivências, experiências e saberes – para (re)conhecimentos das universitárias mães da Universidade de Brasília.

Introdução

Com uma história marcada por constantes processos de ruptura democrática e asfixias dos espaços de participação social, a sociedade brasileira, a partir dos anos finais do século XX e iniciais do século XXI, vinha resgatando os fundamentos democráticos e princípios participativos, basilares do Estado Democrático de Direito. Experienciados, ainda durante a redemocratização, tais princípios nortearam a elaboração da Constituição Federal de 1988, considerada como a Constituição-Cidadã e a construção de espaços de participação, discussão e construção permanente de políticas públicas.

Resultante de um intenso processo de luta dos diversos segmentos da sociedade civil, esses espaços públicos possibilitam a escuta das vozes dos múltiplos atores envolvidos na construção das políticas públicas, criando um processo dialógico, em que se reconheçam os interesses, as demandas, os posicionamentos, as vivências, as experiências e as manifestações de identidades convergentes e divergentes desses diferentes sujeitos ou grupos envolvidos.

Devo, contudo, destacar que, mesmo diante de inúmeros avanços observados na criação desses espaços de participação social institucional, ainda enfrentamos uma

relativa resistência à implementação de uma gestão democrática da coisa pública. Entretanto, podemos entrever uma predisposição à inovação e inclusão por parte da Universidade de Brasília – UnB desde sua história, estruturação, objetivo e missão, havendo o anseio e comprometimento institucional para a realização e manutenção desse ideal de gestão democrática inovadora e participativa. Segundo a própria definição do que é a UnB, encontrada no site institucional:

Uma Universidade transformadora, com a missão de produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Essa é a Universidade de Brasília, cuja trajetória se entrelaça com a história da capital do país.

Resultado do sonho e do trabalho de educadores como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, a UnB é, desde 1962, ano de sua criação, uma das principais referências acadêmicas nacionais. A diversidade cultural presente em seus quatro campi é uma de suas características marcantes. A pluralidade, aliada à busca permanente por soluções inovadoras, move a produção científica e o cotidiano da instituição.

A UnB segue atuante em todas as áreas do conhecimento, aberta às principais demandas do Brasil e do mundo. Com olhar apontado para o futuro e estima pelo caminho já trilhado, a Universidade se consolida como organismo indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais íntegra e democrática.

(BRASIL, 2021, s/p)

Além disso, temos também no site institucional da Universidade de Brasília, as seguintes definições de suas Missão e Visão de Futuro:

Missão – Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência.

Visão de Futuro – Ser referência nacional em ensino, pesquisa e extensão, com inserção local, regional e internacional, inovadora, inclusiva, transparente e democrática, com gestão eficaz e qualidade de vida.

(BRASIL, 2021, s/p)

Portanto, a Universidade de Brasília apresenta um certo descompasso entre a sua definição, missão e visão de futuro e a consolidação real de espaços de discussão participativa e democrática para a adoção de um modelo de gestão democrática. Assim sendo, as noções de transformação, integração, responsabilidade social, inovação, soluções democráticas, inclusão, diversidade, pluralidade, gestão eficaz e qualidade de vida atravessam a fundação, constituição e futuro da UnB, aliadas aos três pilares de sustentação da universidade pública no Brasil: ensino, pesquisa e extensão; e acrescento, ainda, um quarto pilar, do qual pouco se fala, ou pouca importância é dada dentro do âmbito institucional, que é a administração.

A inexistência de espaços físicos, administrativos e acadêmicos de escuta, acolhimento e soluções das demandas, vivências, experiências e saberes das mulheres

discentes mães da Universidade de Brasília, demonstra uma fragilidade em relação à realização desses ideais do que seja e deva ser a UnB.

De acordo com o que venho sustentando ao longo desta dissertação, as mulheres mães em nossa sociedade sofrem pressões, pré-conceitos, expulsões, interdições de e em diversas esferas sociais, econômicas, políticas, históricas, familiares, simbólicas, discursivas, entre outras. Elas precisamos relacionarmo-nos diariamente com questões materiais – relacionadas a espaço e tempo, muitas vezes potencializadas pela fragilidade socioeconômica – e questões subjetivas relacionadas às identidades, discursos, relações de poder, entre outras – que definem nossas experiências e significações de nós mesmas e de mundo. Entendendo que tanto umas como outras estão fundamentalmente interligadas – questões materiais e subjetivas, as significações de si e de mundo – em um processo, já mencionado, de que o mundo interior constrói o mundo social-político-econômico-histórico e o mundo exterior constrói o mundo interior – em uma relação dialógica e dialética constante de (des)construção.

Partindo desses pressupostos do que sejam a constituição, missão e visão de futuro da Universidade de Brasília e de que as mulheres mães estudantes dessa universidade têm enfrentado um processo de produção de suas não-existências enquanto seres plurais que são estudantes, mas também são mães. E, além disso, são cuidadoras de suas famílias, também são responsáveis por seus lares, também são trabalhadoras, entre outros papéis a nós atribuídos e por nós exercidos. Mas, também, que isso nos torna sujeitos da experiência, capazes de trazermos uma contribuição singular a partir de um saber da experiência para a instituição – em suas interfaces de gestão, administração, construção de conhecimento, processos educativos e responsabilidade social.

Os subsídios para a apresentação do produto técnico foram construídos ao longo desses estudo, leituras, diálogos, reflexões, pesquisa, entrevistas, interpretações e produção dessa dissertação, ou seja, ao longo de todo esse meu processo educativo do mestrado, que determinou não somente minha vida acadêmica, mas, também, atravessou e (re)definiu as minhas vivências e experiências pessoais, profissionais, emocionais, materiais, familiares, entre outras.

Referencial teórico-metodológico no campo da gestão democrática participativa para fundamentar a relação entre a pesquisa desenvolvida e o produto técnico apresentado

Segundo Fischer (2016), em uma visão tradicional, as ciências sociais preocuparam-se em estimular o debate sobre os problemas sociais e políticos da sociedade, exercendo uma “função de iluminação” – como o próprio autor defende. Enquanto as ciências políticas procuraram, dentro da perspectiva neopositivista, buscar soluções para esses problemas, desenvolvendo métodos e práticas mais voltados para uma abordagem empírica, deixando de lado a compreensão discursiva, contextual e de investigação social mais ampla das estruturas nas quais originam-se os problemas (FISHER, 2016).

Como alternativa a essa visão tradicional das ciências sociais e à perspectiva positivista ou neopositivista da ciência política, Fischer (2016) apresenta uma abordagem que localiza-se no que ele chama de pós-positivista. Essa abordagem, entende que a realidade não pode ser explicada ou compreendida por completo, haja vista as múltiplas causas e efeitos que interferem nos problemas, em seus significados sociais, produtos de interpretações. Trata-se de trazer as preocupações antes restritas ao campo das ciências sociais para o campo das ciências políticas, “o pós-positivismo enfatiza a construção social da teoria e conceitos, e a abordagem qualitativa da descoberta do conhecimento” (FISCHER, 2016, p.164).

A partir da leitura de Fischer (2016), pude compreender que a ciência política também foi afetada pelas mudanças de perspectiva em relação à centralidade dos sujeitos e à emergência da subjetividade, em oposição à centralidade da objetividade vigente nas perspectivas positivistas ou neopositivistas: “para o pós-positivista, os debates cruciais na política raramente são sobre os dados em si, mas sim sobre os pressupostos subjacentes que os organizam.” (FISCHER, 2016, p.170). Portanto, ancorado nessa perspectiva, pude pensar na proposição de um produto técnico que esteja alinhado a políticas e gestão participativas da Universidade que sejam, também, comprometidas com transformação, integração, responsabilidade social, inovação, soluções democráticas, inclusão, diversidade, pluralidade, gestão eficaz e qualidade de vida, como preconiza o objetivo e missão da UnB.

Um produto técnico pensado partindo das questões discursivas, de poder, de identidade, de experiências que sustentam o não-pertencimento de determinado grupo ao ambiente universitário, causando, assim, desigualdades nas possibilidades de permanência e conclusão da graduação com qualidade, mas que, também, e, ao mesmo tempo, podem ser questões para criar redes de pertencimento dentro da Universidade. O que engrandeceria e enriqueceria a Universidade de Brasília em seus quatro pilares:

ensino, pesquisa, extensão e administração. Como enfatizado ao final do capítulo anterior: uma forma de fazer presente o que é, ativamente, produzido como ausente; uma forma de recuperar experiências desperdiçadas; uma forma de ampliar totalidades coexistentes; uma forma de desconstruir dicotomias hegemônicas; uma forma de reconhecer e valorizar a heterogeneidade das totalidades. Essa mudança de perspectiva, oportuniza-nos fazer uma leitura social e política da UnB que se proponha mais crítica e em interlocução com os sujeitos envolvidos e suas representações de mundo e, ainda, uma universidade que pode ser lida como representativa da sociedade em geral, mas, com o diferencial de poder mudar a sociedade por ser protagonista e precursora de mudanças que buscam mais justiça social.

Falar sobre as construções operadas no campo das representações relacionadas à educação e ao acesso à cidadania política, é encarar a pesquisa em seus aspectos de reflexão e ação, de construção permanente de sentidos, de nunca acabada e fechada. É falar da subjetividade dos sujeitos, das experiências, das vivências, das significações.

Ancorando-me nesses pressupostos, trago uma ferramenta teórico-metodológica da gestão pública: o Planejamento Estratégico Situacional - PES, proposta por Gentilini (2014), para tentar ampliar o debate sobre alguns problemas sociais e políticos dentro da Universidade de Brasília, além de tentar contribuir para a construção de soluções mais participativas. Um problema, na perspectiva teórico-metodológica do Planejamento Estratégico Situacional - PES, é quando há uma situação não desejável que se almeja alterar para uma situação que seja desejável, em outras palavras, é uma desconformidade entre o que é e o que deveria ser (GENTILINI, 2014). Entendo que, pelo que a UnB propõe-se a ser e pelas narrativas das estudantes de graduação mães, além do debate apresentado ao longo dessa dissertação, há um problema: uma desconformidade entre o que é e o que deveria ser.

Faço um breve desvio da apresentação do PES para esclarecer que não digo inclusão das estudantes mães, porque só podemos incluir o que não pertence, o que está fora. Estou tratando, nesta dissertação, das estudantes que já existem dentro da UnB, estou falando de estudantes que (re)existem na Universidade de Brasília, apesar da falta de reconhecimento, da inexistência de políticas, ações, projetos e atividades com o objetivo de ouvir e ver essas estudantes enquanto sujeitas produtoras de conhecimento, propositoras e demandantes de soluções, pertencentes à comunidade acadêmica e à sociedade. A palavra inclusão pressupõe um sujeito (fazendo uma análise sintática) que executa a ação de incluir um objeto direto.

As estudantes de graduação da Universidade de Brasília que são mães não são objetos que precisam da ação da Universidade de incluí-las, porque elas mesmas incluíram-se, elas estão aqui, e, só por isso, foi possível fazer esta pesquisa, porque elas (re)existem apesar de não existirem em nenhum registro institucional. Se perguntarmos hoje à Universidade de Brasília quantas mães formaram-se em 2018 ou 2019 (deixando o caótico e pandêmico 2020 de fora do levantamento de dados) na UnB, a instituição não terá essa resposta. Ou no último triênio do qual se tem relatório produzido, também não haverá essa resposta. No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2018-2022, não há qualquer menção às estudantes que são mães. Se solicitarmos à Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais - DAI vinculada ao Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional – DPO um quantitativo de mães discentes de graduação na UnB hoje, ou porcentagem, ou representatividade nos cursos, ou sobre evasão relacionada à maternidade, também receberemos uma resposta que diz que não há dados sobre maternidade ou sobre quantas discentes possuem filhos, ou quantos filhos. Se perguntarmos a qualquer unidade acadêmica quem ou quantas são as estudantes da graduação que são mães matriculadas em seus cursos, elas não terão essa resposta. Mas, essas estudantes que a Universidade ainda não reconhece, nem como dado institucional, narraram-me que não são vítimas, não são heroínas, mas que (re)existem na UnB. Criam estratégias e soluções criativas sendo as sujeitas dos verbos viver, estudar, cuidar, aprender, defender, criar, sonhar, perseverar, cansar, chorar, gargalhar, sentir, pensar, refletir, significar. Elas não precisam ser incluídas, elas precisam ser ouvidas, vistas e apoiadas.

Tendo isso em mente, para o PES, é necessário que se faça uma *análise situacional*, levando em conta os atores envolvidos no problema, “os indivíduos e suas situações específicas, assim como quais seriam as percepções que esses têm dos problemas” (GENTILINI, 2014, p.588). Devemos entender que a solução não é proposta pelo Estado (agente) – neste caso pela UnB – para a população (passiva) – neste caso para as estudantes que são mães. As propostas e soluções são construídas coletivamente por todos os atores sociais – neste caso: gestores e administradores, técnicos, discentes e docentes – em contraste a *diagnóstico* do planejamento tradicional, o qual é feito por um ator apenas, normalmente o dirigente ou um especialista, ignorando as idiossincrasias dos atores que estarão envolvidos nas ações do plano. Isso porque as perspectivas tradicionais consideram as soluções dos problemas numa relação de causa e efeito controláveis,

ignorando as ingerências humanas que são inventivas e inovadoras. Já a perspectiva do Planejamento Estratégico Situacional:

como afirma Carlos Matus (1993), trata de processos sociais que são essencialmente criativos, submetidos à racionalidade – ou irracionalidade – de atores e caracterizados por alta dose de incerteza, que é uma característica essencial dos sistemas e das dinâmicas sociais (GENTILINI, 2014, p.586).

O interessante do método PES é que ele propõe-se ser uma ferramenta *de e para* atores políticos que têm o poder de mudar a realidade com as suas ações. Em consonância com a perspectiva adotada por esta mestrandia que escreve e, também, com o que Dagnino (2004) chama de “nova cidadania”, esses atores têm um comportamento proativo diante de suas realidades sociais:

A nova cidadania requer – é inclusive pensada como consistindo nesse processo – a constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para o seu reconhecimento enquanto tais. (DAGNINO, 2004, p.104)

Ao abordar os momentos fundamentais constitutivos do método PES, Gentilini (2014) destaca a importância do primeiro momento: explicativo ou da análise situacional. Segundo o autor, quanto mais se amplia a localização do problema a ser abordado, ou os espaços nos quais se ancora tal problema, maior a chance de mudança e resolução. Para isso, é necessário entender a estrutura social na qual o problema está fundado, entendendo estrutura como o espaço das regras fundamentais que ordenam uma sociedade em um dado momento histórico. Para Gentilini:

Um problema está mais ou menos esclarecido segundo o âmbito da explicação de suas causas, de forma que quanto mais se amplia esse âmbito, maior será o alcance das ações do planejamento e mais radical será a transformação produzida. (GENTILINI, 2014, p.589/590)

A pesquisa que desenvolvi ao longo deste mestrado, pretendeu refletir, problematizar, explicar e dialogar relacionando-se a esse primeiro momento do PES, um momento explicativo das causas considerando os espaços mais amplos da sociedade. Busquei interpretações e informações da questão a partir de categorias simbólico, discursiva e sócio-historicamente construídas; das relações de poder envolvidas na (des)consideração dos atores como construtores de significados e conhecimentos. Partindo das leituras e falas das estudantes mães, busquei trazer o tema em suas complexidades e amplitude, para que, a partir desse diálogo, pudessem começar a ser desenvolvidas soluções, não de maneira estática e vertical, mas em um processo contínuo de elaboração e reelaboração horizontal, sendo entendido como em permanente (re)construção.

Um pressuposto para esta pesquisa é o de que, desde o momento explicativo, ou da análise situacional, parte da solução está ocorrendo, pois espera-se que a partir da própria pesquisa e debate sobre o problema, já estamos lutando contra o processo de produção da não-existência. Ao entrevistar as estudantes mães querendo saber das suas experiências baseadas em suas graduações e maternidades como fonte de conhecimento para a minha dissertação de mestrado e para uma tentativa de propor caminhos institucionais para as demandas, elas já foram vistas e ouvidas pela primeira vez pela instituição Universidade de Brasília, da qual me considero constituinte e constituidora como estudante de pós-graduação e como servidora Técnica em Assuntos Educacionais. Segundo o método PES, a eficácia de um plano dependerá dessa capacidade de ampliar a compreensão das causas de um problema por parte dos atores envolvidos (GENTILINI, 2014).

Um outro breve desvio que sinto a necessidade de fazer, é a justificativa de porque meu produto técnico não se centrou em um projeto de creche universitária que pudesse ser espaço para o ensino, pesquisa e extensão transdisciplinar e multidisciplinar; além de ter sido uma demanda unânime dentre as estudantes entrevistadas. Isso se deve ao fato de que a creche seria uma parte da solução relacionada ao enfrentamento do problema, mas não estaria ampliando o debate sobre o tema com uma perspectiva de entender suas causas mais subjetivas que relacionam-se com os aspectos simbólicos, discursivos e de poder que constituem a nossa sociedade. A Creche Universitária aparece em minha proposta como um dos projetos a ser desenvolvido e debatido visando a sua efetivação concreta, mas a COAMA é um setor que, desde seus princípios fundacionais, estaria calcado em uma relação de co-construção de soluções, trabalhando não apenas por ações concretas, mas sendo, por si só e sua lógica de funcionamento, uma forma de ampliar as experiências possíveis dentro da universidade, de cumprir seus objetivos de transformação, integração, responsabilidade social, inovação, soluções democráticas, inclusão, diversidade, pluralidade, gestão eficaz e qualidade de vida – ou subjetivos, posto que estarão sempre em (re)configuração a partir da subjetividade que a compõe e da sociedade na qual está inserida.

Em diálogo com isso, trazemos, rapidamente, a proposta de *Justiça Reflexiva* de Nancy Fraser (2013). Para ela, ao abordar a questão da injustiça, não se trata de substituir um modelo por outro solucionando, definitivamente, o problema. A proposta defendida pela autora considera novas instituições de justiça: fóruns democráticos que discutam soluções para os problemas mas as entendendo como provisórias, mantendo um diálogo

permanente para o debate das questões tidas como problemáticas. Nas palavras de Fraser (2013):

Pregando a ação em relação a exclusões emergentes, um modelo como esse incluiria conceitos como o mal-enquadramento que convidam à autoproblematização reflexiva voltado à exposição de injustiças previamente ocultas. Nessa leitura, o objetivo de todo o exercício não seria nem a revelação da anormalidade nem a apressada instalação de um novo normal. Seria sim o de desenvolver um terceiro gênero de discurso que poderíamos chamar de *justiça reflexiva* (*Reflexive Justice*). (FRASER, 2013, p.765)

A visão de Fraser (2013) sobre justiça reflexiva, contrapõe-se às visões clássicas sobre políticas públicas e comportamento do governo, que – segundo Souza, Laisner e Lima (2019) –, frequentemente, interpretam o Estado como a instituição responsável por implementar as políticas públicas de maneira unidirecional. Nessa noção tradicional, os processos associados à construção histórica, à dinâmica contraditória desses processos, bem como os problemas e limitações associados à própria noção do papel do Estado, geralmente não são o foco da ação pública e política. Concomitantemente a isso, nessa visão, há uma limitação em se pensar políticas públicas que possam contribuir para profundas mudanças sociais. Nessas perspectivas, o conceito de ação pública está mais preocupado em manter a ordem sem questionar as premissas de representação e representatividade, de relações de poder, de autonomia e de potencial de mudanças. O que busco em termos de análise das ações possíveis no âmbito da Universidade de Brasília está diametralmente oposto a isso, está alinhado com a perspectiva defendida por Souza, Laisner e Lima (2019), os quais colocam que:

Uma análise das políticas públicas pensada em termos do debate da democracia, relaciona-se com a discussão sobre as possibilidades da própria ampliação deste sistema no país. (...) através da participação da sociedade civil na política é possível incorporar a realidade dos atores envolvidos – enquanto beneficiários/usuários – com a política e seu impacto em suas vidas, já que uma política pública implica em intervenção na vida das pessoas. (...) Estes espaços dão voz aos diversos atores e temas, envolvidos desde a elaboração das políticas públicas até sua avaliação, dando visibilidade ao conflito, permitindo que se reconheçam os interesses e opiniões divergentes e propiciando aos seus participantes acesso à informação, conhecimento e poder (SOUZA; LAISNER; LIMA, 2018, p.66).

Entretanto, talvez por vir de uma formação de outra área do conhecimento – letras e história –, e por estar vinculada profissionalmente e educacionalmente ao âmbito da educação e não da política ou gestão, faço algumas ressalvas ao trecho acima: ninguém nem nada dá voz aos atores sociais, eles já a têm, o que é preciso é que a coisa pública (seja ela Congresso, Prefeitura ou Universidade) ouça essa voz e o proporcione espaços de escuta para que elas sejam ouvidas em uma relação horizontal de poder e não em termos dicotômicos de significar o mundo ocultando relações de poder para ler o outro a

partir da diferença e do que ele não é. Em suma, em uma relação baseada em uma ecologia dos saberes (SANTOS, 2007):

O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem com- prometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na idéia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007, p.85).

Além dessa ressalva, também considero problemática a afirmação final que diz que propiciaria aos participantes ‘acesso à informação, conhecimento e poder’, não reconhecendo outras formas de saber, contrariamente ao que proponho neste trabalho, novamente, alinhado a um ‘pensamento não-abissal’ (SANTOS, 2007), pois

Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isso implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Existem em todo o mundo não só diversas formas de conhecimento da matéria, da sociedade, da vida e do espírito, mas também muitos e diversos conceitos e critérios sobre o que conta como conhecimento (SANTOS, 2007, p.86).

Nesse sentido, Dagnino (1994 e 2004) apresenta um conceito que pode ajudar a esclarecer ainda mais este produto técnico apresentado, que vislumbra possibilidades de estruturação de espaços e instrumentos participativos, no âmbito da Universidade de Brasília, para debater, entender e construir soluções para os problemas enfrentados, aqui, especificamente por universitárias que são mães, mas que podemos pensar e ampliar para outros âmbitos. Esses problemas nos interessam, principalmente, no que concerne às exclusões simbólicas ou aos silenciamentos discursivos ou à produção de não-existência que indicam um não reconhecimento do pertencimento dessas mulheres ao espaço-tempo acadêmico. O conceito trazido por Dagnino (1994 e 2004) é o de *autoritarismo social*, que, segundo ela, constitui-se em:

uma matriz cultural que preside a organização desigual e hierárquica das relações sociais, no âmbito público e privado. Baseada em diferenças de classe, raça e gênero que constituem a base principal de uma classificação social que impregnou historicamente a cultura brasileira, estabelecendo diferentes categorias de pessoas hierarquicamente dispostas em seus respectivos “lugares” na sociedade, essa matriz reproduz a desigualdade das relações sociais em todos os níveis, subjazendo às práticas sociais e estruturando uma cultura autoritária (DAGNINO, 2004, p.103).

Na busca por romper com esse autoritarismo social e partindo do entendimento de que para isso é necessário o diálogo e a construção de novos significados, desestabilizando a organização discursiva posta, problematizamos a questão de uma necessidade de espaço para isso ocorrer. Entendemos que o diálogo acontece na fronteira,

ou seja, que é no contato com o outro e na permeabilidade de experiências que é possível construir novos conhecimentos para o enfrentamento de situações de exclusão, expulsão ou invisibilização. Se a Universidade de Brasília não possui um espaço ou espaços para as estudantes mães, estamos – incluindo-me como parte da Universidade agora – impossibilitando o diálogo e a construção de significados, estamos reduzindo o leque de experiências possíveis, estamos valorizando o modelo da racionalidade moderna que ainda impõe-se de maneira homogeneizadora, ou a *razão metonímica* (SANTOS, 2002).

Para que se abra a possibilidade do diálogo, da (re)significação, da ampliação da experiência a partir de suas próprias narrativas faz-se necessário, também, além do espaço físico e simbólico, considerar o conceito de ator de trazido por Gentilini (2014), o qual compreende não só o indivíduo mas sua “sua situação, ou seja, o espaço particular em que esse se encontra em um contexto social, político ou econômico” (GENTILINI, 2014, p.584). Essa possibilidade de constituição de narrativas outras, a partir da subjetividade de sujeitos singulares, pode enriquecer a análise situacional, conforme proposta no método PES:

Fazer a análise de um cenário é levar em consideração os atores e seus interesses, ou seja, os indivíduos e suas situações específicas, assim como quais seriam as percepções que esses têm dos problemas e as prováveis reações às ações propostas no plano, inclusive, quanto à possibilidade de que apresentem ações diferentes. (GENTILINI, 2014, p.588)

Avançando mais um pouco ainda na complexidade da proposição da COAMA, ao investigar a questão da cidadania e feminismo, Prá e Epping (2012) defendem que há uma predominância de posturas normativas ao se pleitear instrumentos de proteção aos direitos das mulheres, como se a criação de leis, ou outros instrumentos regulatórios, fosse suficiente para as mudanças necessárias. As autoras trazem, ainda, que coube às teóricas feministas alertar, nos fóruns internacionais, para “a distinção entre de *jure* (formal) e de *facto* (material)” (PRÁ; EPPING, 2012, p.43). Segundo elas, “muitas vezes é mais fácil superar obstáculos legais do que práticas impostas pela cultura, por mentalidades ou pela fragilidade da política pública” (PRÁ; EPPING, 2012, p.43).

Assim sendo, apresento como exemplo a regulamentação existente sobre a possibilidade de ficar em regime domiciliar a estudante puérpera, mas que nas narrativas aparece um desrespeito e desinformação em relação aos direitos das puérperas. Por isso, um método como o PES visa problematizar o lugar dos atores no planejamento das políticas públicas, e, ainda, “é um método de planejamento que traz em si o objetivo da *transformação da realidade*” (GENTILINI, 2014, p.599), parece ser um caminho

possível para, no mínimo, começarmos a pensar nas questões maternas e nas necessidades e soluções para estas mães dentro da Universidade.

Trago, ainda, dentro dessa perspectiva de objetivar uma transformação da realidade, uma reflexão sobre a potencialidade e importância da Universidade de Brasília e das suas ações em um contexto maior da sociedade. Souza, Laisner e Lima (2018), o argumentam que a formulação de políticas públicas está diretamente vinculada às concepções de Estado e de quais são as prioridades da sociedade. Dessa maneira, se nós, Universidade de Brasília, silenciarmos sobre a situação de universitárias que são mães, não as reconhecemos, as expulsamos, e desconsideramos suas especificidades, estamos falando que o projeto sustentado pela instituição não condiz com a prática, com suas políticas, ações, projetos e atividades, em uma visão extrema, que é excludente e patriarcal; o que pressuponho não ser condizente com as expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade, pois, historicamente, a Universidade de Brasília é pioneira em ações que visam mudar as estruturas sociais excludentes, desde sua fundação até ações mais recentes como a implementação de cotas para negros e indígenas, por exemplo.

Na sequência, apresento a proposta de criação da Coordenação de Apoio às Maternidades – COAMA, vinculada à Diretoria da Diversidade – DIV, e as principais demandas iniciais para essa Coordenação, levantadas a partir das entrevistas e das minhas próprias vivências e experiências dentro da universidade, bem como uma sugestão de estruturação dessa Coordenação e seus possíveis projetos e atividades para solucionar tais demandas.

Coordenação de Apoio às Maternidades – COAMA: sugestão de estruturação para possíveis projetos e atividades a serem desenvolvidas pelo setor para atender às principais demandas identificadas nas entrevistas feitas com as estudantes mães

Como já mencionado antes, sou servidora Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade de Brasília lotada na Diretoria de Acessibilidade – DACES, a qual serviu de modelo para esta proposta, portanto, alguns projetos e atividades apresentadas tiveram inspiração nos projetos e atividades desenvolvidas por essa diretoria e muitos trechos usados para a explicação dos tópicos são adaptações de informações sobre a DACES.

A Coordenação de Apoio às Maternidades – COAMA seria criada como uma coordenação da Diretoria da Diversidade – DIV, cuja finalidade é de acolher, orientar, apoiar e acompanhar as estudantes da Universidade de Brasília que são mães e o objetivo

é estabelecer uma política permanente de atenção às maternidades e suas necessidades educacionais específicas na UnB e assegurar sua plena inclusão à vida universitária. Para tanto, as atividades desenvolvidas pela COAMA visam propiciar e garantir condições para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes por meio da consolidação de uma rede de apoio da Universidade e da garantia de uma prática cidadã.

O público-alvo da COAMA são estudantes de graduação que são mães (e os filhos dessas mães), porém há uma possibilidade de debate para levantamento e possibilidade de apoio às estudantes de pós-graduação e às servidoras técnicas e docentes cujas necessidades podem ser outras; além do apoio à pais ou outros responsáveis legais que não mães. A proposta está focada em maternidades e não em parentalidades, pois, a partir das leituras e pesquisa, constatei que há um processo opressivo e de desigualdade de condições que impede ou é resistente à formação universitária das mães. Além disso, também foi possível entrever que, predominantemente, as mães que assumem as responsabilidades no cuidado com os filhos, tendo que conciliar as atividades acadêmicas e maternas, e, em alguns casos, de cuidados e manutenção do lar, financeiramente e operacionalmente, atividades profissionais, dentre outras demandas sócio-históricas.

Coordenação de Apoio às Maternidades – COAMA:

estruturação para possíveis projetos e atividades a serem desenvolvidas pelo setor para atender às principais demandas identificadas nas entrevistas feitas com as estudantes mães

- Adaptações urbanísticas e arquitetônicas.

A COAMA visa garantir a criação e adaptação de prédios e instalações por meio da articulação com a Secretaria de Infraestrutura (INFRA) e a Prefeitura do Campus (PRC) para a adequação e criação de espaços para atender às necessidades específicas das estudantes com filhos.

- Acompanhamento Acadêmico

O acompanhamento acadêmico desenvolvido pela equipe técnica da COAMA tem o objetivo de recepcionar, cadastrar, orientar e acompanhar a vivência acadêmica das estudantes mães e construir, em conjunto com elas e seus professores, estratégias e adequações que contemplem suas necessidades específicas. Para atingir esse objetivo, são realizados atendimentos individuais de acolhimento e orientação, ou juntamente com os tutores especiais, para que sejam fornecidas orientações sobre:

- Estudos domiciliares
- Matrícula
- Trancamento de matrícula justificado
- Risco de desligamento
- Reintegração
- Mudança de curso

Além disso, a coordenação deverá manter um cadastro atualizado das estudantes para que possam ser enviados informativos sobre as atividades e projetos desenvolvidos pela coordenação, calendário de atividades específicas da COAMA, além de convites para cursos, palestras e eventos relacionados ao tema de maternidades e academia.

Uma das atividades regulares realizadas semestralmente pela equipe consiste na orientação para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estudantil - PDE. O qual será enviado pela COAMA aos coordenadores de seus respectivos cursos para que estes estejam cientes e encaminhem aos professores das disciplinas cursadas naquele semestre pela estudante. As estudantes também receberão esse PDE para entregarem aos professores no início das aulas.

Também entendemos ser viável, após as adaptações que a Universidade teve que fazer para a realização de dois semestres em formato remoto, propormos a possibilidade de requisição por parte das estudantes mães de disciplinas ou parte das disciplinas de maneira remota para que elas tenham maior oportunidade de manterem-se no fluxo de seus cursos e vinculadas à Universidade. Esta Coordenação visa intermediar essas requisições e desenvolver maneiras de atender essas demandas de forma cada vez mais ampla e permanente.

- Programa de Tutoria Especial - PTE

O Programa de Tutoria Especial (PTE) tem o objetivo de fornecer apoio acadêmico às estudantes mães necessidades específicas, regularmente matriculados na UnB e atendidas pelo COAMA, por meio de outros estudantes (tutores – voluntários que recebem dois créditos por tutoria realizada) com o acompanhamento do professor da disciplina e da COAMA. O PTE também é uma atividade regular realizada semestralmente pela equipe consistindo na recepção das demandas de tutores por parte das estudantes e no cadastro dos tutores indicados, além do acompanhamento e avaliação das atividades de tutoria realizadas.

- Articulação com as Unidades Acadêmicas

A Coordenação de Apoio às Maternidades realiza articulação com as unidades acadêmicas devido ao reconhecimento das especificidades das demandas de discentes mães da comunidade universitária que são transversais a todo o espaço da Universidade. Assim, as ações de valorização, reconhecimento, apoio e orientação ultrapassam os serviços oferecidos na Coordenação.

Desse modo, a articulação com as unidades acadêmicas ocorre no sentido de auxiliar na elaboração de estratégias conjuntas que favoreçam a adoção de práticas pedagógicas inclusivas visando garantir as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de ações, políticas, atividades e projetos que eliminem possíveis barreiras de pertencimento e aprendizagem e promovam o reconhecimento pleno, com práticas efetivas, democráticas e participativas.

- Creche Universitária

A COAMA reconhece a necessidade de implementação de uma creche universitária que possa abarcar os quatro pilares da Universidade: ensino, pesquisa, extensão e administração, de forma trans e multi disciplinar. A creche deverá atender toda a comunidade acadêmica: discentes, docentes e técnicos com filhos menores de 4 anos, além de servir como espaço de pesquisa e ensino para áreas como pedagogia, psicologia, fisioterapia, nutrição, enfermagem, saúde coletiva, artes plásticas, música, artes cênicas, educação física, entre outras.

Pensar e criar uma creche universitária requer estudos e planejamento, por isso, poderia ser instituída uma comissão multidisciplinar e multissetorial para a concretização de tal projeto a médio prazo.

- Pesquisas e Publicações

A Coordenação de Apoio às Maternidades auxilia a realização de pesquisas nas temáticas relacionadas a maternidades e educação – para artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações ou teses – por meio do fornecimento de dados quantitativos e qualitativos sobre as estudantes mães da UnB, bem como na recepção ou mediação de entrevistas e visitas técnicas. Além disso, a COAMA visa manter um repositório institucional de publicações sobre a temática, em articulação com outras universidades nacionais e estrangeiras, com vistas à divulgação e ampliação das pesquisas sobre maternidades e educação.

- Cursos, palestras e eventos

Com o objetivo de ampliar o debate acadêmico, institucional, social e político sobre as maternidades, a COAMA pretende realizar e dar apoio aos cursos, palestras e eventos

sobre o tema, além de incentivar uma abordagem transdisciplinar que dialogue com diversos setores da universidade, promovendo uma maior visibilização do tema.

A promoção de eventos em todas as unidades acadêmicas com professoras e pesquisadoras, gestoras, servidoras e discentes mães com vistas a divulgar suas narrativas e viabilizar o contato e reconhecimento dessas mulheres dentro da universidade entendendo a importância da referência também é um dos projetos desta coordenação.

Além disso, a COAMA realiza cursos para os servidores da UnB – professores e técnicos – através da PROCAP, para uma melhor capacitação desses servidores para um reconhecimento, atendimento e orientação desse grupo específico.

- Articulação com o Restaurante Universitário, Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS e demais coordenações da Diretoria da Diversidade - DIV

A Coordenação de Apoio às Maternidades entende que faz-se necessário uma postura interseccional diante das maternidades para melhor atender às suas demandas, portanto, a articulação com a DDS para atender às estudantes mães em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com as Coordenações da DIV (Indígena, LGBT, Negra e das Mulheres) para melhor atender as estudantes mães indígenas, negras e/ou LGBT's, além de articular ações e pautas comuns com a Coordenação das Mulheres.

- Oficinas de narrativas autobiográficas voltadas para uma formação compartilhada a partir do saber da experiência de mulheres universitárias mães

Projeto proposto por minha própria experiência nesta dissertação e não a partir de uma demanda específica identificada a partir das entrevistas realizadas, mas visando alcançar os subjetivos propostos nesta dissertação. O projeto consistiria em realizar oficinas semestrais embasadas na abordagem epistêmico-teórico-metodológica das narrativas (auto)biográficas em suas múltiplas variáveis e possibilidades. As oficinas poderiam auxiliar também na gestão participativa desta coordenação mantendo um canal permanente de produção de conhecimento e reconhecimento de maternidades e suas necessidades e demandas, além de poder acompanhar as mudanças que certamente ocorrem na comunidade universitária e geram novas demandas.

A partir dessas oficinas também pode ser criada uma revista inter e transdisciplinar para divulgar produções a partir das oficinas e/ou de discentes mães da UnB que estudem o tema.

- Parcerias, legislação e resoluções

A COAMA pretende firmar parcerias com a faculdade de Educação – FE, com o Centro de Convivência de Mulheres – UnB, com o Coletivo de Mães da UnB (em

processo de constituição) e coletivos de mães de outras universidades federais, com núcleos de pesquisa na área como o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Maternidade – NIEM, além de outras que surgirem como a creche universitária.

Além disso, pretende-se fomentar e amparar o debate e a criação de uma política, resoluções e instruções normativas dentro da universidade em relação ao tema; além de articular-se com outros setores da sociedade para a proposição de legislações que contemplem as necessidades das mães em geral, mas que também garantam fundamentação legal para o desenvolvimento de políticas, ações, projetos e atividades dentro da Universidade de Brasília.

Também, a partir disso, ajudar na divulgação e conhecimento por parte de toda a comunidade acadêmica de tais resoluções, instruções normativas e legislação.

Demandas específicas identificadas a partir das entrevistas narrativas realizadas:

- Banheiros adaptados com trocadores, pia funda com chuveirinho de mão para lavar a criança, sanitário adaptado à crianças. E que haja uma atenção especial à limpeza desses banheiros.
- Espaço de acolhimento e apoio para as mães em todas as Unidades Acadêmicas – UAs com computador, geladeira ou frigobar, local adequado para amamentação, área para a criança brincar, etc. A Faculdade de Educação é pioneira na UnB na criação de um espaço como esse e poderia ser parceira e servir de modelo para a implementação dos demais.
- Espaço de convivência das maternidades. Seria um espaço adequado para o encontro e diálogo de estudantes mães, bem como outros espaços existentes atualmente na UnB para grupos específicos como o espaço de convivência das mulheres, o espaço de convivência negra, etc.
- Sinalização (implementação ou reforço) da localização de prédios, banheiros, escadas, secretarias e, com a implementação das demandas acima listadas, desses espaços também.
- Carteiras de salas de aula, anfiteatros e outros ambientes educacionais adaptadas para mulheres grávidas.
- Cadeiras próprias para crianças no Restaurante Universitário – R.U.
- Empréstimo de carrinhos de bebê, cangurus, colchonetes e cercadinhos pelas UAs, mediante agendamento prévio e/ou algum outro sistema de controle e que precise ser emitido nada consta relacionado a isso para a formatura, tal como outros materiais que podem ser emprestados aos alunos.
- Resoluções que atendam e padronizem os atendimentos às demandas maternas.

- Maior divulgação, orientação e conhecimento das informações relacionadas à trancamentos, desligamento, reintegração, afastamento, etc. e sobre licença maternidade, licença gestante e regime domiciliar para gestantes e puérperas por parte dos servidores técnicos e gestores das unidades acadêmicas (coordenação de curso e secretarias), além do SAA central.
- Maior divulgação, orientação e conhecimento das informações relacionadas às demandas das maternidades dentro da universidade, além da instrução e sensibilização de servidores e gestores das unidades acadêmicas (coordenação de curso e secretarias) sobre essas especificidades.
- Registro das estudantes mães e intermediação das demandas com os professores, coordenadores de curso e servidores técnicos administrativos das unidades acadêmicas.
- Apoio e orientação às estudantes mães em condição ou religadas, além de um planejamento estudantil específico para elas.
- Padronização da regulamentação de acesso dos filhos de estudantes mães ao Restaurante Universitário. Instrução dos funcionários do RU em relação às regras de acesso. Acesso livre até os 4 anos, valor reduzido para crianças entre 5 e 14 anos e liberação da entrada de filhos de estudantes cadastradas no DDS.
- Creche universitária que atenda aos três turnos de funcionamento da Universidade.
- Horário noturno do PIJ enquanto não há a criação de uma creche universitária.
- Promoção de eventos centrados na divulgação da presença de mulheres mães na academia (professoras e estudantes da pós-graduação ou mesmo discentes que já concluíram a graduação ou a pós-graduação) para que sejam referência e possam compartilhar experiências com as estudantes de graduação.
- Maior inclusão e acolhimento dos temas relacionados às maternidades em pesquisas e produções acadêmicas e artísticas.
- Repositório de publicações sobre e de estudantes mães.

Por fim, considero importante registrar, neste trabalho, como parte do produto técnico, pois deverá ser considerada ao pensar nas demandas para essa futura Coordenação, uma carta elaborada coletivamente por um incipiente Coletivo de Mães da UnB, divulgada em agosto de 2020, durante a consulta pública para reitor(a) e vice-reitor(a) da UnB, com intuito de explicitar e pressionar a administração superior da Universidade a reconhecer as demandas e luta das mães universitárias. Esta carta contém diversas demandas em consonância com as encontradas durante essa pesquisa, além de

outras demandas que nessa dissertação não aparecem, mas que deveriam ser incluídas nas atividades e ações da futura Coordenação de Apoio às Maternidades. Além disso, deixo sinalizada a necessidade de reconhecimento da organização desse grupo e de incluí-las em uma possível construção dessa Coordenação, de maneira participativa e democrática como preconizado neste trabalho:

A mãe (...) quer escolas que promovam a diversidade de famílias e pessoas em diferentes contextos (...). Que respeitem as formas de vida, sejam antirracistas, inclusivas e com ensino laico (...). Quer frequentar espaços que incluam a criança, (...) que tenham trocadores de fraldas e banheiro-família. Cantinhos com brinquedos e livros são gentilezas e gestos de 'aqui vocês são bem-vindes'. Espaços de militância ou espiritualidade em que as crianças sejam de responsabilidade coletiva, que promovam acolhimento e lhes deem voz. As crianças têm muito a contribuir! Essa mãe, que também é mulher ativa de muitas formas na sociedade e inserida no mundo, quer respeito!

Ana Laura Hermann

Nós, mães estudantes da Universidade de Brasília, vimos por meio desta expor nossas demandas e preocupações concernentes à manutenção de uma Universidade pública, gratuita, de qualidade e que abarque nossas especificidades enquanto mulheres mães, garantindo assim nossos direitos preconizados em nossa Carta Magna.

Segundo o censo do IBGE (2010), quase 90% das famílias constituídas de somente um responsável adulto são formadas por mães solo. E, conforme a pesquisa ‘Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios’, o crescimento no número de famílias lideradas por mulheres foi de 105% em 15 anos (2001 à 2015).

Essa realidade é refletida dentro da UnB, conforme foi possível observar nos dados da “Pesquisa Social UnB: condições para a retomada do calendário acadêmico”¹, senão vejamos:

- Cerca de 3,5% dos mais de 20.000 estudantes que responderam à pesquisa moram com os filhos. Isso representa aproximadamente 728 estudantes;
- Quando separados por gênero, as mães estudantes estão em maioria, representando 59%, os pais estudantes são aproximadamente 40% e em seguida estão as pessoas sem gênero informado com 0,3% de representação;
- Do total de estudantes com filhos, cerca de 18,4% moram sozinhos com filhos, sendo que as mães estudantes contabilizam expressivos 90% dessa estatística, seguido de 10% dos pais estudantes;

Podemos concluir, só pela amostragem dos estudantes que responderam a pesquisa, que há cerca de 120 mães estudantes solo em contraste com 14 pais solos e temos certeza de que todas as mães que responderam o questionário enfrentam muitos desafios para permanecer na Universidade devido sua condição de mãe, em especial essas mães solos mencionadas e destacamos esse recorte em específico pois, em sua maioria, essas mães que precisam levar seus filhos às aulas.

Salientamos que os dados apresentados são uma estimativa feita por nós no Excel de maneira precária e não foram objeto de revisão por parte de nenhum professor, tendo em vista que aparentemente não houve nenhum mapeamento das mães da Universidade de Brasília, bem como a inexistência de instância que nos represente e interceda por nós.

Dessa forma, pensando no apoio às mães em suas singularidades, urge então a

reivindicação do que pode-se chamar de Identidade Nacional, o mosaico identitário - que é complexo, diverso, heterogêneo e plural. Justamente quando uma condição de desigualdade é criada entre os grupos ou categorias que compõem esta Universidade - e a sociedade num geral - se torna necessário a intervenção da sociedade civil, das instituições, dos movimentos sociais e do Estado para equacionar as distorções e tensões criadas.

Ensinar, aprender, refletir, debater e agir sobre as identidades presentes dentro e fora da nossa Universidade é um exercício fundamental para o combate à desigualdade. Entendemos que a falta de oportunidades e garantias de direitos básicos por conta do racismo contra pessoas pretas e indígenas é enorme, além da transfobia, da bi/lesbo/homofobia e do machismo, e que a universidade reflete a sociedade em que estamos inseridas.

Contudo, queremos que isso mude, por isso lutamos, todos os dias, para que nosso direito de maternar, independente do contexto em que nos encontramos, seja garantido. Lutar, refletir e propor reflexões é garantir que mães estudantes sejam respeitadas, acolhidas e tenham seu direito de ser mãe - mas também de serem estudantes assegurado.

Em adição ao exposto, a comunidade acadêmica parece esquecer que crianças são indivíduos de direitos. São seres humanos vulneráveis, que não podem responder por si e que são vítimas da sociedade por serem o que são. Não podemos enxergar crianças enquanto um acessório. Devemos respeitar sua existência e suas experiências.

Nessa senda, o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente nos traz que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”.

Já o Art. 4º do susodito dispositivo legal dispõe que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Nessa perspectiva, haja vista que as crianças existem dentro do contexto universitário, o adequado seria haver um espaço físico pensado para suas necessidades, bem como garantir do preparo dos servidores públicos que prestam serviços na universidade, em principal os docentes dos cursos.

Isto posto, historicamente, mulheres e crianças foram limitadas ao ambiente doméstico, tendo conquistado a liberdade por meio de muita luta. Contudo, em que pese a liberdade que hoje temos em ocupar outros espaços, tal prerrogativa se torna nula uma vez que as estruturas físicas não foram pensadas/adaptadas para oferecer apoio e suporte para crianças. A ausência dessa estrutura física garantidora de direitos promove a exclusão de crianças e, por consequência, a exclusão de sua mãe, ou de terceiros que estejam prestando apoio a essa mãe.

Ademais, lamentavelmente, algo que é comum de nossa experiência como mãe estudante é o assédio sofrido dentro da universidade, em especial o assédio vindo de docentes quando a mãe leva, por necessidade, a criança para a aula e que, por ser objeto do assédio, é também vítima, caracterizando uma violência institucional, uma afronta tanto aos direitos das mães quanto aos das crianças.

Ninguém deveria ter mais ou menos chances dentro da Universidade, e mesmo de ascensão social ou profissional por estudar e ter filhos, mas é assim que a Universidade

parece querer tratar este perfil de estudantes.

Logo, a UnB como um espaço público precisa exercer seu papel estatal como condutor de políticas que visem a garantia dos direitos do sujeito mãe que está presente em seu âmbito de atuação, em especial o direito à educação, em consonância com os preceitos do Estado Democrático de Direito.

Dessarte, nós como estudantes da Universidade de Brasília, conhecemos os nossos direitos e temos ciência que o conhecimento é fundamental para lutar pela efetivação de cada um deles na prática. Abaixo, explicitamos nossas demandas, algumas delas históricas:

- Criação de fraldários nos *campi*;
- Inclusão nos registros de estudantes mães/pais/responsáveis informação se são responsáveis legais por crianças ou não;
- Prioridade equivalente a de prováveis formandos na matrícula em turmas;
- Disponibilização de ensino remoto e/ou ampliação de atividades domiciliares a todas as disciplinas teóricas nos cursos presenciais para mães que não estiverem conseguindo acompanhar o ensino presencial;
- Ampliação do auxílio-creche;
- Aumento do tempo máximo de permanência nos cursos;
- Cotas nos editais de pesquisa e bolsas;
- Criação de creche/escola que atenda aos *campi* e, mais importante, transparência e comunicação permanente com estudantes mães/pais/responsáveis sobre as etapas da implementação do projeto;
- Projetos de Extensão voltados à saúde mental no contexto da maternidade;
- Treinamento em direitos humanos, questões de gênero e maternidade, racismo e lgbtfobia a docentes e técnicos integrantes do quadro de servidores da Universidade de Brasília;
- Garantia de refeição gratuita no Restaurante Universitário para os filhos de estudantes;
- Criação de uma Comissão Permanente para o acompanhamento de ações institucionais e políticas para estudantes com filhos.
- Salientamos a necessidade de Auxílios e Programas que contemplem as demandas das mães estudantes desta Universidade de Brasília, e também que as conscientizem de seus direitos.

Desta feita, gostaríamos de lembrar às esferas da instituição de que nós, mães, especialmente as pretas e pobres, que sustentamos a sociedade, que construímos o futuro cotidianamente e que estamos atentas às políticas que suprimem e que ampliam nossos direitos.

Atenciosamente,

Mães estudantes da Universidade de Brasília

¹ Disponível em <http://repositoriocovid19.unb.br/pesquisa-social/>.

Encerro com a defesa de que “a maternidade não deve ser uma escolha entre ser ou não massacrada e alijada na sua condição de mulher, profissional, acadêmica e o que mais ela quiser ser” (BARBOSA, 2019, p.13).